



DOI: 10.4025/4cih.pphuem.595

O MOVIMENTO DOS GUARANI DE REOCUPAÇÃO E RECUPERAÇÃO DE SEUS TERRITÓRIOS NO OESTE DO PARANÁ

Carla Cristina Nacke Conradi*

Agora nós queremos ver a escritura de terra de America do Sul na mão de Governo Brasileiro assinado por Deus nós também vamos rezar e perguntar a Deus nós achamos que Deus não ordenou para massacrar o Índio Brasileiro o Deus não quer isso, que nós estamos vivendo somos irmãos.

Comunidade Guarani

A ditadura militar, regime de governo que vigorava no período da construção da Usina de Itaipu, foi singular, se comparada a todas as outras formas posteriores de governo desenvolvidas no Brasil. Ela tinha em seu comando indivíduos, os militares, que passaram a governar o país depois do Golpe de 64, que se concebiam como um *poder moderador* dentro da sociedade. Visava à organização da nação que, segundo os militares, se encontrava numa *situação crítica*, tanto na questão política quanto na econômica.

Neste contexto, a Usina de Itaipu foi planejada e construída, objetivando a concretização da política de potência e desenvolvimento nacional, haja vista a significativa ânsia dos militares em transformar o Brasil em um país empreendedor, com níveis de desenvolvimento dignos de respeito. Neste sentido, a Usina foi considerada um dos grandes projetos do Estado, construída no extremo Oeste do Paraná, planejada para ser a maior do mundo em operação.

Quando a área já estava definida, a Usina de Itaipu deparou-se com um grupo de indígenas que se localizava em terras que seriam alagadas com a formação do reservatório da Usina. Para solucionar o problema, o governo federal elaborou uma série de estratégias que objetivavam desconfigurar a hipótese de a região Oeste do Paraná se constituir como um espaço indígena.

O referido grupo indígena era o Guarani do Oeste do Paraná e estava localizado em um território denominado por eles de *Jacutinga*. Conforme o antropólogo Rubem Thomaz de Almeida, nos anos de 1970, o grupo Guarani *Ñandeva* ocupava terras entre os rios e riachos de *Jacutinga*, *Oco'y*, Bela Vista, *Guaviró* e *Passo Cue*. Em contato com a colonização desta área, estes nos anos de 80, transladaram para o espaço compreendido entre os rios *Oco'y* e *Jacutinga*. Identificados nesse território, os Guarani ficaram conhecidos como Guarani do *Oco'y* e sua área de ocupação (*tehoha*) de *Jacutinga* (1995, p. 55).

As primeiras ações empregadas pelo governo objetivaram desqualificar a presença ou mesmo negar a existência de índios na região. Para tanto, a Itaipu e a Funai constituíram um Subgrupo de Trabalho que elaborou propostas visando atender aos interesses do Estado quanto à presença indígena na região. Como resultado dos trabalhos realizados, constatou-se a presença de 11 famílias indígenas que habitavam naquele momento uma área que seria alagada com a formação do reservatório da Usina. Baseada neste relatório, a Itaipu elaborou a sua proposta de remoção e assentamento dos índios em outra área.

Descontente com a situação que se configurava, ou seja, as negociações da nova área para o assentamento e a constituição da reserva indígena, a Usina de Itaipu novamente exigiu que a Funai elaborasse um laudo antropológico que determinasse com exatidão os *verdadeiros índios* Guarani, que teriam direito à terra.

Novo laudo antropológico foi organizado pelo antropólogo Célio Horst (1981) e estabeleceu que apenas 5 famílias possuíam a indianidade e seriam *verdadeiros* Guarani. O restante dos indivíduos não se enquadrava em seus *indicadores*, e foram identificados como não-índios, portanto sem direito à concessão de terra pela Itaipu.

Calculada nesses novos dados, a empresa decidiu, em 1982, pelo assentamento dos Guarani numa área de 251,15 hectares às margens do reservatório de Itaipu, criando, assim, sob a tutela da Funai, a reserva indígena Santa Rosa do *Oco y*, para abrigar as 5 famílias. Essa área, a cada dia que passava, tornava-se insuficiente para a sobrevivência dos assentados, pois inúmeras outras famílias, que tinham ficado fora do relatório, e que não foram considerados índios, vieram se juntar ao seu povo.

Todo esse processo gerou a emergência da mobilização política dos Guarani para a reocupação e recuperação de seu território tradicional no Oeste do Paraná. As negociações com o Estado sobre a área para o assentamento foram desgastantes ao grupo. Assim, a aceitação de Santa Rosa do *Oco y* pela comunidade Guarani foi pensada como uma tática de sobrevivência e política de manutenção cultural de uma sociedade distinta etnicamente.

Receber a nova área seria uma forma de criar um novo espaço de negociação com a Itaipu e a Funai, mas a luta pelos ideais guarani continuaria. As práticas seriam, porém, construídas a partir da experiência de viver naquele novo espaço. Estar na reserva permitiria conhecer melhor o outro, a sociedade nacional, e construir formas de luta para se pensar o amanhã e reocupar o território tradicional de aproximadamente 1500 hectares.

O conceito de *cultura de resistência adaptativa*, de Maria Celestino de Almeida (2003), fornece sustentação para a tese de que os Guarani se fortaleceram e aprenderam a usar das próprias políticas do Estado para reocupar seus territórios.

Nessa perspectiva, é possível pensar os aldeamentos como algo mais do que um simples espaço de dominação e exploração dos colonizadores sobre os índios. É possível perceber em seu interior a gestação do que se pode chamar de uma cultura de resistência adaptativa desenvolvida num processo histórico concreto em que a própria cultura é constantemente recriada. Além das perdas culturais e étnicas, os índios aldeados puderam aprender ali novas práticas culturais e políticas que lhes permitiam colaborar e negociar com a sociedade colonial em busca das possíveis vantagens que sua condição lhes permitia [...] populações indígenas que, no contato com os europeus, aprenderam a manejar e manipular novos instrumentos em busca de seus interesses (ALMEIDA, 2003, p. 34).

Receber a nova área seria uma forma de criar um novo espaço de negociação com a Itaipu e a Funai, a luta pelos ideais guarani continuaria. As práticas seriam, no entanto, construídas a partir da experiência de viver naquele novo espaço. Estar na reserva permitiria conhecer melhor o outro, a sociedade nacional, e construir formas de luta para se pensar o amanhã e reocupar o território de 1500 hectares.

Uma tática de luta reelaborada foi a determinação da comunidade Guarani em se dirigir diretamente ao financiador da Itaipu, o Banco Mundial, enviando-lhe uma carta de 4 páginas com 58 assinaturas, relatando a trajetória de luta da comunidade e denunciando a negligência da Usina em relação aos seus direitos. Não deixaram de apontar a responsabilidade do Banco Mundial na questão, pois, enquanto financiador da Usina, precisava saber o quanto o mesmo estava prejudicando os índios e agricultores da região.

Tal tática empreendida pelos Guarani repercutiu polemicamente tanto na imprensa quanto internamente na Usina, pressionando-a a adotar novas estratégias de ação. Assim, um novo conjunto de negociações iniciou-se para o reassentamento da comunidade em uma outra área. Buscava-se então uma nova reserva pautando-se nos resultados do laudo antropológico elaborado por um antropólogo indicado pela ABA. Este cientista determinou, em seus estudos, que a reserva do *Oco'y* era inadequada aos Guarani, e que uma nova área deveria ser demarcada e deveria identificar-se com a organização espacial e social dos Guarani, respeitando assim os seus padrões culturais.

As táticas indígenas reelaboradas com o viver na reserva indígena

Se, no início propus que as táticas indígenas foram organizadas na busca de apropriar-se de códigos da sociedade nacional, que permitiriam aos mesmos movimentar-se com uma certa desenvoltura na nova fase que se erguia para a comunidade Guarani, ou seja, a Usina de Itaipu, analisarei os próximos eventos no território do Oeste do Paraná, entre Usina e índios,

como reflexos desta resignificação. No entanto duas questões sobressaem: o engajamento político dos Guarani em relação ao seu território, e as conseqüências disso para a Itaipu e a Funai.

Convêm citar que, logo após a aceitação da reserva, os Guarani iniciaram as reivindicações de sua ampliação. Tanto por ela ser imprópria, o que já sabiam mesmo antes de chegarem na nova área, quanto pelas novas dificuldades que a todo momento ela apresentava. A diminuição da terra pelo desbarrancamento nas margens e os conflitos com os agricultores da região tornaram-se problemas cotidianos. Assim, apesar de a documentação fornecer indícios de um atuação mais sistemática a partir do ano 1986, em 1985 houve uma exigência dos Guarani da presença do Presidente da Itaipu na aldeia para discutir o problema do desbarrancamento da terra, e iniciar as negociações de um espaço maior para o coletivo.¹

Foi em 1986, no entanto, que os Guarani começaram a usar novas táticas em sua luta. Se dirigiram diretamente ao financiador dos militares, o Banco Mundial. Enviando-lhe uma carta de 4 páginas com 58 assinaturas, relatando a trajetória de luta da comunidade e, numa seqüência de fatos bem coerentes, denunciavam a negligência da Usina. O documento aponta algumas questões, a se destacar: a) o território de 1.500 hectares que tinham e que foram usurpados pelo branco; b) a violência a que foram submetidos no início da colonização da região pelo Incra e pelos pioneiros; c) o reconhecimento pela Funai de índios no Oeste do Paraná; d) o antropólogo que afirmou não existir índios na região e sim paraguaios; e) a pressão da Itaipu em fazê-los aceitar os 251,15 hectares inadequados à organização espacial da cultura Guarani, f) as tentativas de conversar com a Usina para resolver a questão e as diversas frustrações neste sentido; g) o conflito com os colonos do entorno porque a Itaipu não demarcou a reserva; h) os diversos problemas que a comunidade enfrenta numa terra inadequada, como a malária, o veneno nas águas e na terra por causa dos colonos; i) e o descaso tanto da Funai como da Itaipu perante estes e outros problemas que a comunidade enfrentou depois que foi retirada de seu território e assentadas em outro muito menor.²

Por fim, apontam a responsabilidade do Banco Mundial na questão, pois, sendo o financiador da Usina, precisavam saber o quanto o mesmo estava prejudicando índios e agricultores da região.

Tal tática empreendida pelos Guarani repercutiu polemicamente na imprensa tanto quanto dentro da Usina, implicando novas estratégias de ações para esta. É interessante destacar, contudo, que esta tática foi gerada pelos índios quando estes souberam como a Usina foi planejada e estruturada. Se as portas para o diálogo estavam fechadas, dado o descaso, ou a mera indicação de esperar novas provocações, estas vieram e foram intensas.

Em 1987 o Banco Mundial enviou ao Brasil dois funcionários do Escritório de Meio Ambiente e Assuntos Científicos, para averiguar as denúncias. Os representantes do Banco elaboraram um relatório das políticas desenvolvidas pela Usina, apresentando metas para a solução da questão e, principalmente, para a ampliação da reserva.³ Cacique e membros da comunidade, Funai, Itaipu, Eletrobrás e Banco Mundial se encontraram na reserva, um belo encontro que não foi documentando, mas podemos saber o que aconteceu a partir do episódio.

A primeira ação da Itaipu foi prestar esclarecimentos à Eletrobrás. O órgão superior, por não acompanhar todo o histórico das ações da empresa em relação aos índios, foi pego de surpresa. Num determinado momento teve que prestar contas ao Banco Mundial de um problema de sua alçada, que foi relegado a funcionários sem experiência na questão indígena e na legislação indigenista.

Um documento confidencial da Usina admitiu erros nas ações, mas propunha também “que desbravar essa possibilidade de reconciliação, sobretudo em face à pressão do Banco Mundial, seria um bom serviço”.⁴ O que temos é uma nova tomada de posição da Itaipu? Provavelmente não, mas algo mudou. A partir desse momento, a ampliação da área já era possível.

Se a meta era conseguir a abertura nas negociações e a atenção para a reivindicação dos 1.500 hectares, os Guarani obtiveram sucesso. Todavia o que deve ser percebido nesta ação foi a sabedoria com que lidaram com o assunto, e isso não se apresentou somente neste momento. Todas as táticas são impregnadas de mobilização, liderança e engajamento político.

A primeira proposta de mobilização em prol do Parque repercutiu em âmbito internacional. A ampliação da área envolvia uma Reserva Florestal que estava junto à área indígena e mais duas ilhas, perfazendo um total aproximado de 200 hectares. No entanto, a Reserva Florestal não poderia ser oferecida aos indígenas, pois já havia sido concedida a agricultores para ser reflorestada em 1983.

A Itaipu, certa de que as duas ilhas seriam aceitas sem algum problema, mostrou-se surpresa quando soube que estes não aceitaram a proposta e que continuaram a reivindicar os antigos 1.500 hectares, levantando a hipótese de pedir o Parque Nacional do Iguaçu para o novo reassentamento.⁵ Datam-se deste momento as primeiras referências ao Parque como espaço ideal para a sobrevivência da comunidade Guarani, o que não foi visto com bons olhos pela Usina.

O fundamental neste caso é perceber a amplitude da ação indígena ao escrever ao Banco, uma vez que recorrer ao Estado já não apresentava mais resultados, e frente a essa contingência as táticas precisavam ser reelaboradas.

Talvez os problemas não foram resolvidos como se esperava, mas foi graças à vinda dos representantes do Banco à reserva que o diálogo da ampliação da área indígena tornou-se possível. A carta provocou várias manifestações. A própria Itaipu passou a ser alvo de constantes cartas de repúdio pelo seu descaso à questão indígena, cartas vindas de diversas instituições nacionais, como a *Comissão Pró-Índio de São Paulo*, *ABA*, *Instituto de Estudos Sócio-Econômicos/INESC*, *CRAB/Comissão Regional de Atingidos por Barragens*, *Comissão Justiça e Paz de São Paulo*, *CEACON/ Centro de Estudos e Atividades de Conservação da Natureza*, *Instituto Sul Mineiro de Estudos e Preservação da Natureza* que cobraram novas atuações da Usina e um comprometimento responsável com a comunidade Guarani.

Diante deste contexto, somente restou à Itaipu identificar uma área de 1.500 hectares para a relocação da comunidade indígena. Diversas áreas foram visitadas em Cascavel, Catanduvas, Três Barras do Paraná, Quedas do Iguaçu, Matelândia e Diamante do Oeste, sendo que o relatório que aludiu ao assunto queixa-se da dificuldade de encontrar na região uma área deste porte.

No início do ano de 1990 a Justiça Federal abriu um inquérito com o objetivo de apurar a invasão da reserva para a retirada ilegal de madeiras, fato amplamente divulgado pela imprensa regional, pois suspeitava-se que a Funai negligenciava o assunto.

O inquérito instaurado foi o início da comprovação pública de que se naquele momento havia problemas na aldeia, e que eram resultados da péssima atuação da Usina e da Funai. A dupla era a responsáveis pela comunidade indígena, pela sua integridade, bem-estar e pelo meio ambiente da reserva. As táticas guarani continuavam a surtir efeitos.

O documento enfatiza categoricamente que a Usina foi considerada, pelo Estado, como responsável pelo assunto. Para preservar a sua imagem e a do setor elétrico do país, seria necessário liquidar a situação com algumas políticas, que permeavam desde a participação da comunidade nas decisões, ao entrosamento com as diversas instituições envolvidas com a questão. O documento destaca também a importância de se contratarem profissionais com experiência no assunto indígena, verificar outras experiências no setor elétrico do país e evitar o paternalismo.⁶

Enquanto a dupla Funai e Itaipu não chegava ao consenso e duelava entre compromissos e responsabilidades a serem assumidos em relação aos Guarani, a comunidade indígena mobilizava-se para a obtenção de 5.000 hectares dentro do Parque Nacional do Iguaçu. A *tática* naquele momento era ocupar diversos espaços para legitimar a reocupação do Parque e desmentir que estes estariam desmatando a reserva do *Oco'y*. Para tanto, elaborou

um documento com 49 assinaturas de índios, documento que não foi destinado apenas à Usina, mas também a deputados e vereadores.

Nosso pensamento voltar a viver de novo no mato, porque o mato da saúde para criança e para adulto também. Porque nós nunca detruismo o mato, porque a gente não tem capacidade, porque o mato e nossa casa Quem destrui a propria casa? (sic).⁷

Ainda em 1992 saiu o laudo pericial da Ação Civil do Ministério Público contra a Funai, Itaipu e Ibama, que avaliou os prejuízos ecológicos ocorridos na área - o processo de erosão e desmatamento - e a suficiência da extensão da área doada em relação ao número de indígenas residentes.⁸

Os avanços seguem com a presença do antropólogo Silvio Coelho e da antropóloga Anelise Nacke, da Universidade Federal de Santa Catarina, em uma reunião na Usina. Após terem visitado a aldeia e colhido informações com o cacique e o chefe do posto indígena, instruíram a Itaipu sobre a organização socioespacial e cultural dos Guarani. Os antropólogos diagnosticaram a situação dos Guarani no reserva de Santa Rosa do *Ocoí* y num informe que não deixou dúvidas que a Itaipu tinha responsabilidades em relação à comunidade e sugeriu diversos posicionamentos que a empresa deveria tomar para “corrigir e resolver os problemas criados no passado (COELHO; NACKE, 1994)”.

O laudo antropológico de 1995: um marco nas negociações

As orientações do informe foram acatadas em no projeto encabeçados pela Itaipu e Funai: no *1º Encontro Integrado de Ação da Reserva Indígena do Ocoí*, no mês de maio de 1994, que uma das deliberações foi a constituição de um Grupo de Trabalho. O Encontro debateu durante três dias os diversos posicionamentos das entidades presentes – Funai, Itaipu, Prefeitura de São Miguel do Iguazu, CIMI, Emater, Assessoria Indígena do Paraná, Seed/PR – sobre a questão indígena, trocando informações, criando programas de melhorias da condição de vida dos Guarani na reserva e debatendo o problema fundiário destes. Definiu-se que um laudo antropológico deveria ser elaborado para contribuir na caracterização da comunidade e na legitimidade da reivindicação de uma nova terra.⁹

O laudo antropológico foi desenvolvido pelo antropólogo Rubem Thomaz de Almeida, indicado pela ABA e contratado pela Usina. Este deveria fornecer subsídios para encontrar uma área adequada ao reassentamento dos Guarani. A dificuldade estava em encontrar uma área que atendesse à reivindicação de 1.500 hectares, numa região em que a estrutura

fundiária estava consolidada, com um alto grau de degradação ambiental resultante da agricultura intensiva.

A situação se agravou para a Usina com a *invasão* de 60 índios, em 15 de junho de 1995, em uma das suas propriedades, do Refúgio Biológico Bela Vista, área considerada de preservação permanente, sujeita a restrições de uso e de proteção legal. Num discurso ofensivo, a Usina reclamou da invasão à Funai, caracterizando-a como intolerável, ilegal e desassociada de qualquer reivindicação legítima ou jurídica.

O laudo antropológico sobre a comunidade forneceu, posteriormente, mais informações sobre o episódio e levantou uma questão relevante: a *tática* de adentrar um espaço de 450 hectares, denominando o espaço de Paraná Porá. Foi *invasão* ou *reocupação*?

Considero que os Guarani-Ñandeva do Oco'y entenderam ser seu território a região compreendida, grosso modo, pelas cidades de Foz do Iguaçu, Toledo e Guaira; considerando que seus direitos, garantidos pelas Constituições brasileiras (todas!), bem como por legislação ordinária, são imprescindíveis; considerando que a comunidade Ñandeva tem sido obrigada a esperar estes 15 anos para que se encaminhe suas reivindicações; considerando-se que no processo de desapropriação de suas terras foram criadas situações jurídicas que hoje se configuram desfavoráveis, teria havido uma "reocupação" daquelas terras (THOMAZ DE ALMEIDA, 1995).

Para a comunidade Guarani *Ñandeva*, o termo correto seria *entrada* – *jaike* = entramos; *jaha jaike* = vamos adentrar – caracterizando o movimento de adentrar terras que são consideradas suas e usurpadas pela sociedade nacional. Assim, as entradas "pretende(m) substituir os termos 'invasões', utilizadas por fazendeiros, e 'ocupação', 'reocupação' ou 'retomada', utilizados por aliados dos índios" (THOMAZ DE ALMEIDA, 200, p. 148).

Se o histórico das relações entre Usina e índios nunca foi, porém, baseado na confiança e na responsabilidade, principalmente da Usina, não caberia aos Guarani depositarem o futuro do grupo em suas mãos e assim desistirem da luta porque a situação parecia ser um pouco melhor. Reocupavam um espaço tradicional como forma de protesto, de mobilização política dado o descumprimento de acordos e de prazos acordados.

De fato as negociações caminhavam para a solução definitiva do problema. A Usina aceitava a reivindicação dos Guarani sem mais contestar, e um criterioso laudo estava sendo elaborado com dois fatores favoráveis: o antropólogo era indicado pela ABA e tinha aceitação dentro da aldeia pela comunidade indígena.

Depois de averiguar diversas áreas o espaço da nova reserva indígena foi definido pelo antropólogo como:

São aproximadamente 1700 ha. localizados na confluência dos rios São Francisco e São Domingos, águas definem mais da metade do perímetro da propriedade – que sugere a figura de um triângulo cujo vértice mais agudo é formado pelos dois rios. A área, situada a 13 kms, da sede do município, é constituída por uma montanha não muito elevada que se estende por entre os dois rios. É coberta, em boa parte, por mato. Apesar de não estar intacto, parece conter características valorizadas pelos índios, tais como diversidade de árvores e plantas, utilizadas como matéria prima para construção de suas habitações, utensílios e, principalmente, os **poñã ñana**, ou plantas medicinais para seus remédios. Pela inclinação do morro, parece ser difícil a prática agrícola, em moldes ocidentais, sem recursos financeiros e técnicos. O relevo não deve impedir, contudo, que os Guarani ocupem espaços mais altos e nas proximidades do mato, distribuindo suas casas e cultivando suas lavouras tradicionais, as **kokue** – onde a diversidade prevalece frente à quantidade de cultivos.¹⁰

O grupo indígena Inocêncio Acosta, Alfredo Centurión, Adriano Chanorro, Paulo Benites, Ernesto Centurion e Manuel da Silva visitaram Diamante do Oeste com apoio material fornecido pela Itaipu. Percorreram a área em sua total extensão averiguando se esta condizia com a organização cultural do grupo. O relatório feito por Rubem expôs que a comunidade teria gostado do espaço, da quantidade de água existente, do clima e da extensão da terra. Após a visita reuniram-se para discutir sobre o assunto e, quem sabe, chegar a alguma decisão:

Ao terceiro dia na hora do mate, apresentaram decisão positiva sobre a área. Inocêncio, como mboruvixa (líder, orientador político) de ocoy, encarregou-se de anunciar que haviam discutido na noite anterior e estavam decidindo por mudar-se para aquela área. Antes de uma deliberação porém, deverão discutir com o restante da comunidade em Paraná Porá e Ocoy.¹¹

O antropólogo Rubem fez algumas considerações sobre o processo de verificação das áreas. Um dos primeiros aportes foi anunciar que deveriam ser os Guarani a escolher a área. Posteriormente, uma política indigenista baseada na transparência e no comprometimento com a solução do problema deveria ficar visível à comunidade indígena e encabeçada pela Itaipu em compensação das ações do passado. A Funai deveria atuar antes e depois do novo reassentamento, pois, sem programas que auxiliassem os índios, eles não conseguiriam sobreviver e novos problemas apareceriam, uma vez que a nova terra era desprovida de tudo e não tinha nenhuma infra-estrutura. O antropólogo considerava também que, com a compra da nova área, a responsabilidade da Itaipu com os Guarani não existiria mais. Dali em adiante seria papel da Funai.

Tekoha Añetete: a segunda reserva indígena no Oeste do Paraná

A área comprada foi a de Diamante do Oeste, no mês de março de 1997. Optou-se por ela, pois foi a escolhida dos índios e para que não houvesse demora no processo de reassentamento. Assim Itaipu e Funai firmaram um protocolo de intenções, em que a Itaipu assim que adquirisse a área, a doaria à comunidade. À Funai caberia o traslado de 160 índios para a nova reserva. No mesmo documento ficou determinado que se esgotariam todas as responsabilidades da Usina sobre os destinos e problemas da comunidade Guarani.¹²

As ações da Itaipu dentro da segunda reserva indígena não param com a demarcação. Ela foi obrigada a atuar dentro da aldeia em diversos momentos, elaborando e patrocinando diversos programas, como, por exemplo, o projeto de construção de casas indígenas na ordem de R\$ 800.000,00 nas duas reservas.¹³ Neste sentido, precisou arquitetar novas ações frente à mobilização guarani cada vez mais atuante.

No entanto, o interessante é perceber que, se esta permaneceu até a atualidade desenvolvendo políticas públicas, principalmente na *Tekoha Añetete*, foi fruto das táticas guarani que, ao se instrumentalizar de códigos da sociedade branca, conseguiu infiltrar-se e reivindicar seus direitos e melhorias para o seu modo de viver.

Segundo apontamentos de Sarah I. G. Tibes Ribeiro, estar nos espaços conquistados é uma tática de *longevidade* do grupo - definida pela autora como a magnitude da permanência dos Guarani no Oeste paranaense -, por sua vez, transformá-lo ao seu modo de viver, uma *arte*,

[...] permanecer no *Oco'ý* e em Diamante do Oeste representa ocupar uma parcela, mesmo que reduzida, do seu território tradicional. Progressivamente expropriados de suas terras, eles reconstróem e vivenciam os lugares que restam, transformando-os em espaços guaranis. O Oeste, portanto longe de compor o cenário de homogeneidade cultural almejado pela sociedade nacional, é uma região pluriétnica e multilíngüe (2002, p.113).

Uma luta que não se encerrou com a conquista de *Tekoha Añetete*. Atualmente novas táticas estão sendo reelaboradas pela comunidade indígena. Uma das mais expressivas foi a *entrada* de 55 índios da reserva Santa Rosa do *Oco'y* no Parque Nacional do Iguaçu no dia 3 de setembro de 2005. Conforme Alex Emmanuel Gonçalves Coimbra (2006) os índios entraram 500 metros no interior do Parque, abriram uma clareira, improvisaram suas casas e tentaram reproduzir, segundo o cacique Simão Retã Tupã Villalva, seu modo tradicional de vida, pois a reserva não oferecia condições mínimas de sobrevivência.

Durante os 80 dias que permaneceram ali, confeccionaram lanças, arcos, flechas e através de cerimônias religiosas anunciaram guerra contra quem tentasse retirá-los do Parque.

No dia 22 de novembro de 2005, 80 dias após a instalação no interior do Parque, forças policiais retiraram os índios, com violência, no cumprimento do mandato de reintegração de posse em favor do Parque Nacional do Iguaçu, e os levaram de volta para a reserva.

Faz-se imprescindível resistir. E os Guarani resistem.

(RIBEIRO, Sarah I. G. Tibes)

Notas

* Mestre em História pela Universidade Federal da Grande Dourados, professora do curso de História da Universidade Estadual do Oeste do Paraná.

¹ DOC. 01: Pasta: 1985. Assunto: Solicitação de área maior e chamada para a reunião do Diretor da Usina, Data: 25.11.1985, Local: Aldeia *Oco'y*, São Miguel Do Iguaçu/PR. Emitente: Comunidade Guarani do Posto Indígena de Santa Rosa do *Oco'y*. Destinatário: ITAIPU.

² DOC. 02: Pasta: 1986. Assunto: Carta ao Banco Mundial, Data: 18.09.1986, Local: Área Indígena de Santa rosa do *Oco'y*, São Miguel Do Iguaçu/PR. Emitente: Lideranças Guarani da Área Indígena de Santa rosa do *Oco'y*. Destinatário: Banco Mundial.

³ DOC. 03: Pasta: 1987. Assunto: Relato de visita dos emissários do Banco Mundial à Comunidade Avá-Guarani, Data: 19.02.1987, Local: Área Indígena de Santa Rosa do *Oco'y*, São Miguel do Iguaçu/PR. Emitente: Robert Goodland e Schelton Davis.

⁴ DOC. 04: Pasta: 1987. Assunto: Ponderações sobre as políticas empreendidas pela Itaipu, Data: 10.04.1987, Local: Foz do Iguaçu/PR. Emitente: ITAIPU. Destinatário: ITAIPU.

⁵ DOC.05: Pasta: 1987. Assunto: Relatório da reunião na aldeia com a comunidade Guarani sobre a ampliação da área, Data: 13.07.1987, Local: Foz do Iguaçu/PR. Emitente: ITAIPU. Destinatário: ITAIPU.

⁶ DOC. 06: Pasta: 1990. Assunto: A questão indígena e a Itaipu. Data: 19.04.1990, Local: São Paulo. Emitente: Klaus Greiner/ITAIPU.

⁷ DOC.07: Pasta: 1992. Assunto: Solicitação de 5000 hectares do Parque Nacional do Iguaçu, Data: 04.02.1992, Local: Área Indígena do Ocoí. Emitente: Avá-Guarani.

⁸ DOC. 08: Pasta: 1989. Assunto: Ação Civil publica em defesa da ecologia e dos Guarani no *Oco'y*, Data: 10.10.1989, Local: Curitiba/PR. Emitente: ITAIPU. Destinatário: ITAIPU.

⁹ DOC. 09: Pasta: 1994. Assunto: 1º Encontro Integrado de Ação da Reserva Indígena do Ocoí. Data: 10-12.05.1994, Local: Ecomuseu de Itaipu/Foz do Iguaçu/PR. Emitente: ITAIPU.

¹⁰ DOC. 10: Pasta: 1996. Assunto: Visita a terras que serão eventualmente destinadas pela Itaipu e Funai à comunidade Guarani-Chiripa do Ocoy. Relatório de viagem a Fazenda Padroeira, Diamante do Oeste/PR, Data: 05.09.1996, Local: Rio de Janeiro/RJ. Emitente: Rubem Thomaz de Almeida. Destinatário: ITAIPU E FUNAI.

¹¹ DOC. 10: Pasta: 1996. Assunto: Visita a terras que serão eventualmente destinadas pela Itaipu e Funai à comunidade Guarani-Chiripa do Ocoy. Relatório de viagem a Fazenda Padroeira, Diamante do Oeste/PR, Data: 05.09.1996, Local: Rio de Janeiro/RJ. Emitente: Rubem Thomaz de Almeida. Destinatário: ITAIPU E FUNAI.

¹² DOC. 11: Pasta: 1997. Assunto: Funai e Itaipu em relação aos procedimentos de trabalho com a nova Reserva, Data: 03.1997, Local: Rio de Janeiro/RJ. Emitente: Rubem Thomaz de Almeida. Destinatário: ITAIPU.

¹³ DOC. 12: Pasta: 2005. Assunto: Comunidade Avá-Guarani: Terra Indígena Ocoy, Terra Indígena Tekoha Añetete. Levantamento da situação atual nas duas reservas indígenas, Emitente: Rubem Thomaz de Almeida.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Maria Celestino de. *Metamorfoses indígenas: identidades e cultura nas aldeias do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.

COIMBRA, Alex Emmanuel Gonçalves. *Ocupação do Parque Nacional do Iguaçu por Índios Guarani: dilemas e reflexões*. 2006. 30 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação de História) - Universidade União das Américas, Foz do Iguaçu.

CONRADI, Carla Cristina Nacke. *As ações do Estado Nacional e a trajetória política dos Guarani Ñandeva no Oeste do Paraná (1977-1997)*. 2007. 200 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados.

HORST, Célio. *Perícia antropológica e gráfico demonstrativo da identificação étnica dos habitantes do PIC OCOI – PR*. Foz do Iguaçu, 1981.

RIBEIRO, Sarah Iurkiv Gomes Tibes. *O horizonte é a terra: manipulação da identidade e construção do ser entre os Guarani no Oeste do Paraná (1977-1997)*. 2002. 330 f. Tese (Doutorado em História) Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

SANTOS, Silvio Coelho dos; NACKE, Anelise. *Informe sobre os índios Avá-Guarani, ocupantes da AI Ocoí (PR) realocizados pela UH Binacional Itaipu*. Florianópolis, 1994.

THOMAZ DE ALMEIDA, Rubem. *Laudo antropológico sobre a comunidade Guarani – Ñandeva do Oco'y/Jacutinga – PR*. Rio de Janeiro, 1995.